



**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Prestação de Contas do Prefeito
Consolidado**

**ANEXO II
IN 20 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Município de Catanduvas**

**Ana Cristina Vargas Mascarello
Assessora de Controle Interno
Exercício Financeiro 2018**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO (Art. 8º - IN20 TCE-SC)**

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – CONSOLIDADO

PORTARIA N.TC-0537/2018

Trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

Art. 1º. Fica facultada para as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019, a remessa das seguintes informações constantes dos anexos da Instrução Normativa nº TC-020/2015, de 31 de agosto de 2015:

[...]

I - Dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XX do Anexo II – Conteúdo Mínimo do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que acompanha a Prestação de Contas do Prefeito;

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, inciso II, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“Art. 7º A prestação de contas apresentada pelo Prefeito deve ser remetida ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e compõe-se de:

(...)

“II - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos, conforme prevê o artigo 51 da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000.”

O órgão central do sistema de controle interno apresenta o relatório com base no anexo II, da Instrução Normativa n. 20/2015/TCE-SC.

1. Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao município, inclusive mediante utilização de indicadores quando definidos pelo tribunal de contas e disponibilizados em seus sistemas eletrônicos.

a) Aspectos Gerais

Prefeito: Dorival Ribeiro dos Santos

Vice-Prefeito: Paulo Constante Fuga

Endereço da Prefeitura: Rua Felipe Schmidt, n. 1435 – Centro – CEP: 89.670-000

b) Aspectos Socioeconômicos

Eleitores: 6.792 eleitores (fonte: IBGE / ano 2010)

IDHM: 0,714 (fonte: PNUD / ano 2010)

FPM: 0,6 (fonte: STN / ano 2011)

ICMS: 0,2231107 (fonte: SEF - SC / ano 2011)

PIB: R\$ 312.364.373,00 (fonte: IBGE / ano 2013)

População: 10.503 habitantes (fonte: IBGE / ano 2015)

<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php#>

c) Principais Indicadores Financeiros:

| | | | |
|----|--|--|-------------|
| 1) | Liquidez Financeira | Ativo Financeiro – R\$ 10.375.002,27 Passivo Financeiro – R\$ 2.375.206,17 | 4,36 |
| 3) | %despesa corrente s/ receita corrente | Despesas Correntes R\$ 29.851.036,24 Receitas Correntes R\$ 34.397.907,96 (excluídos convênios, intra, contribuições RPPS) | 0,86 |

2. Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA, observadas as unidades de medida concernentes a cada ação.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

3. Informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

4. Análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

5. Análise comparativa entre programação e a execução financeira de desembolso.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

6. Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no balanço geral.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

7. Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao tribunal de justiça para pagamento de precatórios se for o caso.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

8. Em relação ao desempenho da arrecadação, apresentar demonstrativos:

- a) da dívida ativa do município;
- b) das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor;
- c) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância;
- d) das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições;
- e) das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;
- f) do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

g) dos créditos baixados em razão de prescrição;

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

9. Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites.

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

COMPARATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

PODER EXECUTIVO

| Período | RCL do Município - últimos 12 meses | Despesa com Pessoal - Limite máximo (54%) | Despesa com pessoal realizada | Percentual da RCL | Diferença entre o limite e a despesa realizada | Percentual aplicado a menor/maior |
|-----------------|-------------------------------------|---|-------------------------------|-------------------|--|-----------------------------------|
| 1º Quadrimestre | 34.273.899,10 | 18.507.905,51 | 16.005.657,52 | 46,70 | -2.502.247,99 | -7,30 |
| 2º Quadrimestre | 34.225.196,37 | 18.481.606,04 | 16.271.889,34 | 47,54 | -2.209.716,70 | -6,46 |
| 3º Quadrimestre | 34.022.907,96 | 18.372.370,30 | 16.784.745,30 | 49,33 | -1.587.625,00 | -4,67 |

PODER LEGISLATIVO

| Período | RCL do Município - últimos 12 meses | Despesa com Pessoal - Limite máximo (6%) | Despesa com pessoal realizada | Percentual da RCL | Diferença entre o limite e a despesa realizada | Percentual aplicado a menor/maior |
|-----------------|-------------------------------------|--|-------------------------------|-------------------|--|-----------------------------------|
| 1º Quadrimestre | 34.273.899,10 | 2.056.433,95 | 840.735,44 | 2,45 | -1.215.698,51 | -3,55 |
| 2º Quadrimestre | 34.225.196,37 | 2.053.511,78 | 845.207,26 | 2,47 | -1.208.304,52 | -3,53 |
| 3º Quadrimestre | 34.022.907,96 | 2.041.374,48 | 860.149,88 | 2,53 | -1.181.224,60 | -3,47 |

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

| Período | RCL do Município no exercício | Limite de Operações de Crédito - 16% da RCL | Montante das Operações de Crédito realizadas | Percentual da Operações de Crédito em relação à RCL |
|-----------------|-------------------------------|---|--|---|
| 1º Quadrimestre | 34.273.899,10 | 5.483.823,86 | 0,00 | 0,00 |
| 2º Quadrimestre | 34.425.196,37 | 5.508.031,42 | 0,00 | 0,00 |
| 3º Quadrimestre | 34.397.907,96 | 5.503.665,27 | 0,00 | 0,00 |

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

| Período | RCL do Município no exercício | Limite da Dívida Consolidada Líquida - 120% da RCL | Montante da DCL no exercício | DCL em relação à RCL |
|-----------------|-------------------------------|--|------------------------------|----------------------|
| 1º Quadrimestre | 34.273.899,10 | 41.128.678,92 | 1.131.567,14 | 3,30 |
| 2º Quadrimestre | 34.425.196,37 | 41.310.235,64 | 1.083.124,69 | 3,15 |
| 3º Quadrimestre | 34.397.907,96 | 41.277.489,55 | 1.035.438,90 | 3,01 |

DEMONSTRATIVO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

| Até o Bimestre | Prevista na LOA | Realizada até o bimestre | Diferença | Percental da meta |
|----------------|-----------------|--------------------------|--------------|-------------------|
| 1º Bimestre | 4.760.000,00 | 5.310.842,64 | 550.842,64 | 111,57 |
| 2º Bimestre | 9.650.000,00 | 11.656.823,73 | 2.006.823,73 | 120,80 |
| 3º Bimestre | 14.900.000,00 | 17.513.629,21 | 2.613.629,21 | 117,54 |
| 4º Bimestre | 20.000.000,00 | 23.572.933,93 | 3.572.933,93 | 117,86 |
| 5º Bimestre | 25.040.000,00 | 28.598.434,51 | 3.558.434,51 | 114,21 |
| 6º Bimestre | 30.640.000,00 | 35.525.629,41 | 4.885.629,41 | 115,95 |

10. Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da constituição federal e artigo 60 do ADCT:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

| Componente | Valor | Percentual da Receita com Impostos |
|---|--------------|------------------------------------|
| Total das Despesas para efeito de Cálculo | 7.274.001,32 | 26,57 |
| Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos | 6.843.827,90 | 25,00 |
| Valor acima/abaixo do Limite | 430.173,43 | 1,57 |

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO EM SAÚDE

| Componente | Valor | Percentual da Receita com Impostos |
|---|--------------|------------------------------------|
| Total das Despesas para efeito de Cálculo | 6.197.950,69 | 23,32 |
| Valor Mínimo de 15% das Receitas com Impostos | 3.986.490,58 | 15,00 |
| Valor acima/abaixo do Limite | 2.211.460,11 | 8,32 |

11. Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

12. Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

13. Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, constituição federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

14. Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

15. Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

16. Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da administração pública municipal.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

17. Relação de convênios com união e estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

| | | | | | | | Exercício | 2018 |
|-----------------|--|--------------------|--------------------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|--|
| Ente Federativo | Órgão/Entidade concedente | Número do Convênio | Valor Previsto para o Convênio | Valor Previsto para o Exercício | Valor Recebido | Valor a Receber | Despesas Liquidadas | Restos a Pagar decorrentes do Convênio |
| Estado | Fundo Estadual de Incentivo à Cultura | 2018TR000872 | R\$ 14.450,00 | R\$ 14.450,00 | R\$ 14.450,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 14.450,00 |
| Estado | Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba | 2018TR000723 | R\$ 400.000,00 | R\$ 384.641,21 | R\$ 384.641,21 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 384.641,21 |
| Estado | Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba | 2018TR000709 | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 0,00 |
| Estado | Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba | 2018TR000706 | R\$ 200.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 714.450,00 | R\$ 699.091,21 | R\$ 699.091,21 | R\$ 0,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 399.091,21 |

18. Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Não houve eventos justificadores de situação de emergência ou calamidade pública no exercício de 2018.

19. Manifestação sobre as providências adotadas pelo poder público municipal em relação às ressalvas e recomendações do tribunal de contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

- 1- Regular publicação dos relatórios resumidos de execução orçamentária e de gestão fiscal, de modo a garantir a transparência;
- 2- Reordenamento e constituição do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- 3- Assegurar o cumprimento dos limites constitucionais com gastos de pessoal;
- 4- Elaboração de notas explicativas pelo setor de contabilidade;
- 5- Acompanhamento para regular aplicação dos recursos do FUNDEB;
- 6- Solicitação de reordenamento do Conselho Municipal do Idoso;
- 7- Solicitação de reordenamento do Conselho Municipal de Saúde.

20. Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do tribunal de contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0537/2018 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

21. Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Em contato com a Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto, foi solicitado mapa sobre as metas e estratégias dos Planos Nacional e Municipal de Educação para verificação do cumprimento ou não dos intentos fixados.

Da análise da documentação encaminhada, verificou-se o cumprimento da maioria das metas nos prazos estipulados. Consigna-se que as metas não atingidas se encontram dentro do prazo e apresentam planos estratégicos para cumprimento.

22. Outras Informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas:

Não foram solicitadas outras informações pela Corte de Contas atinente a prestação de contas do Prefeito/Gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015/TCE-SC, encaminho o relatório do órgão central do sistema de controle interno (art. 8º, Anexo II – IN20 – TCE-SC).

Ana Cristina Vargas Mascarello
Assessora de Controle Interno
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 31 de março de 2019.